

A PROBLEMÁTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO MÉDIO

URUGUAI - RS

Iran Carlos Lovis Trentin¹
Meri Lourdes Bezzi²

1. INTRODUÇÃO

“Os céus são os céus do SENHOR, mas
a terra deu-a ele aos filhos dos homens.”
Salmos CXV, 16

Falar em reforma agrária, êxodo rural e globalização é complexo. As mudanças contínuas pelas quais passam as atividades econômicas, sociais e políticas com o advento da globalização, revelam a continuidade de situações que pareciam resolvidas. Uma delas é o êxodo rural em países que, como o Brasil não realizaram a reforma agrária, ou seja, que continuam com um modelo arcaico de estrutura fundiária e com concentração de grandes áreas improdutivas nas mãos de poucos proprietários ou especuladores. Outra questão a se destacar é a falta de políticas claras para as atividades agropecuárias, que visem a melhoria das condições de vida de toda a população diretamente envolvida, os agricultores e suas famílias, e também o benefício de populações urbanas com a oferta maior de produtos com preços menores e qualidade superior. Tais aspectos demonstram a necessidade da reforma agrária. É urgente, pois que ela ocorra para que significativa parte da população brasileira possa fazer parte da sociedade com maiores direitos, e dessa forma se teria democracia plena.

¹ Acadêmico do Curso de Geografia/CCNE/UFMS

² Professora Depto de Geociências/CCNE/UFMS

A base territorial para a análise da proposta de estudo, ou seja, a reforma agrária foi o Médio Uruguai ou Microrregião Homogênea Colonial de Iraí, - MRH 325 - localizada no extremo norte do Rio Grande do Sul. Foi nessa área que primeiro se organizou o Movimento Sem Terra (MST), no Estado gaúcho. A MRH 325 engloba 37 municípios, numa área total de 6 288,4 Km² e uma população total de 229.895 habitantes. (Tabela 1)

Através do contato com os pequenos produtores rurais, em sua grande maioria, donos de pequenas áreas ou diaristas lutando pela sobrevivência, e afetados pelas constantes transformações ocorridas na agricultura brasileira, pode-se constatar vários processos que continuam acentuados e um certo redimensionamento das conseqüências destes processos, como a intensificação da luta pela reforma agrária, a não aceitação de migrar para periferia dos centros urbanos, e a ajuda até de forças ditas mais conservadoras na propagação das idéias sobre a reforma agrária. A globalização das atividades primárias é outro fator que está transformando a vida dos pequenos agricultores.

Assim, a proposta deste trabalho é a de que, ao se estudar o êxodo rural no Médio Uruguai possa-se apresentar também, algumas considerações sobre a estrutura agrária, do Estado do Rio Grande do Sul, e principalmente, algumas motivações para a realização da tão esperada reforma agrária. Tal fato contribuirá para amenizar a "pobreza rural", mediante a formação de perspectivas geradoras de mais renda, cidadania e democracia no meio rural e em toda a Microrregião em estudo (MRH 325).

O MST surgiu no Brasil no final da década de 70 e não deve ser visto como algo novo, mas como a continuidade das lutas históricas do movimento camponês em nosso país.

No Sul do Brasil, as lutas pelas terras foram mais políticas, e visavam a manutenção do latifúndio no Rio Grande do Sul. Desta forma, sua estrutura fundiária

Tabela 1 - Microrregião homogênea colonial de Iraí - MRH325. municípios, população e área.

Nº	Nome do município	População	Área
01	Alpestre	13 243	324.9
02	Ametista do Sul	6 406	75.9
03	Boa Vista das Missões	2 120	185.7
04	Caiçara	6 066	189.4
05	Cerro Grande	3 083	74.7
06	Constantina	12 012	278.5
07	Dois Irmãos das Missões	2 748	249.8
08	Engenho Velho	2 691	73.7
09	Erval Seco	9 962	345.5
10	Frederico Westphalen	25 265	264.5
11	Gramado dos Loureiros	2 642	141.7
12	Iraí	10 513	200.0
13	Jaboticaba	4 954	128.8
14	Lageado do Bugre	2 560	73.6
15	Liberato Salzano	8 471	249.9
16	Nonoai	12 572	459.0
17	Novo Tiradentes	2 324	73.7
18	Palmitinho	6 642	144.4
19	Pinhal	2 744	72.6
20	Pinheirinho do Vale	4 748	105.9
21	Planalto	12 346	237.3
22	Redentora	8 974	310.0
23	Rio dos Índios	5 614	237.1
24	Rodeio Bonito	8 227	153.1
25	Rondinha	6 969	259.2
26	Sagrada Família	2 792	77.4
27	São José das Missões	3 181	96.3
28	São Pedro das Missões*		
29	Seberi	13 125	329.0
30	Taquaruçu do Sul	2 955	76.9
31	Três Palmeiras	4 998	175.8
32	Trindade do Sul	6 775	269.9
33	Vicente Dutra	6 478	195.1
34	Vila Cristal*		
35	Vista Alegre	3 040	76.7
36	Vista Gaúcha	2 655	82.4
37	Xingu*		
	Total	229 895	6 288.4

Fonte : FIBGE Divisão de Pesquisa do RS. População estimativa em 01/07/93.

* Áreas em processo de emancipação em 1995.

Organização : Iran Carlos Lovis Trentin, 1996.

está assentada sobre dois tipos distintos de ocupação fundiária. Na metade sul, as estâncias, o latifúndio, a segregação, a exploração. Na parte da serra, o colonato, o minifúndio, a constante

repartição, a subsistência, a miséria, e hoje como diz o FIBGE indigentes. E também, por outro lado, uma região que coloca o Rio Grande do Sul como o maior produtor de alimentos, que em sua maioria são produzidos pelas pequenas unidades de produção familiar.

As pequenas unidades de produção enfrentam dificuldades. Mas em especial as unidades de produção do Médio Uruguai enfrentam problemas maiores, devido a constante crise pelas quais passa a nação brasileira, e cuja repercussão se faz ver na falta de uma política agrícola que distinga os diferentes tipos de agricultores e de garantias de produção e comercialização aos produtos alimentícios.

Conhecer e analisar as características da agricultura e o processo de formação da renda familiar, bem como as causas, conseqüências do êxodo rural e da falta da reforma agrária, foram os caminhos usados para descobrir algumas alternativas para os agricultores desta região. No Médio Uruguai estão alguns dos municípios mais pobres do Rio Grande Sul e atingidos pela campanha de distribuição de alimentos, a Comunidade Solidária do Ministério do Bem Estar Social. É incrível ver casos de municípios, onde 35% da população são indigentes, numa região conhecida como a zona da produção, faz-nos constatar a existência de "famintos na fartura".

2. METODOLOGIA

Para a execução desse trabalho, foram utilizados dados dos censos agropecuários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) de referencial bibliográfico específico no assunto em questão, com o propósito de embasar o desenvolvimento teórico/metodológico da pesquisa. A segunda fase, consistiu de um levantamento em fonte primária, através de entrevistas com técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura, EMATER, Sindicatos de Trabalhadores, Movimento Sem Terra

(MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Observou-se também "in loco" as transformações ocorridas no Médio Uruguai e também alguns assentamentos organizados na região.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se estudar o setor agrícola, percebe-se que a variedade de tipos de estabelecimentos, e o tamanho destes, são fatores determinantes da situação em que a agricultura se encontra. Tal fato provoca dificuldades para o aumento da produção de alimentos, levando conseqüentemente o empobrecimento do agricultor e de sua unidade de produção. Assim, a necessidade da reforma agrária passa cada dia mais a ser urgente. Mas uma reforma agrária que modifique a estrutura da sociedade, visando corrigir distorções proporcionando oportunidades para que as pessoas possam viver das atividades agrícolas, dos benefícios e resultados dessa atividade. E a reforma agrária deve primar pela democracia. Não democracia formal, mas democracia verdadeira, geradora de cidadania plena e bem estar social.

No Brasil, as políticas públicas, sempre deram ênfase a produção de produtos para exportação, foi assim desde o início de nossa colonização, até a produção em grande escala do trigo e mais recentemente da soja. No entanto, com o binômio trigo/soja, os problemas principalmente, dos pequenos agricultores, se acentuaram. A concentração da terra aumentou em benefício de poucos, e o êxodo rural se acentuou. Ocorreu, entretanto a concentração efetiva em muitas regiões do país. Os imóveis rurais cresceram, por um lado, pela concentração, e diminuíram por outro devido ao empobrecimento cada vez maior dos pequenos agricultores.

Nesse contexto, percebe-se no Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Sul, variações quanto ao tamanho das áreas de cada agricultor e principalmente no uso destas

áreas. Observou-se que grandes áreas continuam reservadas para especulação por proprietários alheios as atividades agropecuárias. Assim, muitos agricultores não possuem área suficientes para plantar, enquanto que outros possuem grandes áreas improdutivas.

Entre os conceitos-chaves deste trabalho é importante destacar que o imóvel rural, segundo SILVA (1982:37): "...é definido como o prédio rústico de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial".

Deve-se salientar, concordante com MAIA (1969:24) que reforma agrária não deve ser, ou: "... não será forçosamente o conceito de divisão pura e simples da terra só pelo gosto de dividir, mas uma alteração nos modos de realizar os processos de produção e de valorização econômica da agricultura". E não existe um modelo pronto e único de reforma agrária, devendo-se observar as peculiaridades políticas, sociais, culturais e geográficas de cada região.

Percebeu-se que na área em estudo o processo de modernização alterou os padrões antigos substituindo-os por técnicas mais "modernas". A tração animal passa a ser feita pela tração mecânica, utiliza-se de modo expressivo o trator, os insumos, os fertilizantes em busca de aumento de produção.

A modernização significa portanto, muito mais que apenas o aperfeiçoamento e introdução de novas técnicas. Assim, conforme GRAZIANO NETO (1982:22-27), é importante salientar que:

... a modernização significa muito mais que isto. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura vai-se modificando também a organização da produção que diz respeito as relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se intensificando-se uso do bóia-fria ou trabalhador volante; os

pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, a organização da produção em moldes empresariais... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa ... que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado as transformações gerais da economia brasileira recente.

Como causa direta da modernização e da falta de uma política agrícola clara e duradoura o êxodo rural se acentuou. Dessa forma, inicialmente o êxodo rural se direcionou para outros Estados, e posteriormente para a periferia das cidades e, mais recentemente, para os acampamentos do MST. Esse tem como finalidade primordial pressionar a realização da reforma agrária e conseqüentemente dar condições ao trabalhador rural de praticar as atividades ligadas ao campo.

O Rio Grande do Sul, apresenta sua estrutura fundiária com características diferentes em relação a do Brasil. De um lado, as sesmarias, deram origem aos latifúndios, com grandes extensões de área, e de outro, as pequenas unidades de produção familiar. A modernização cria padrões de comportamento diversos, dos até então praticados pelos agricultores gaúchos e/ou colonos. Recentemente foram publicados dados que comprovam que as grandes propriedades continuam sonegando impostos. A tributação da terra, no Brasil, é a menor do mundo, e a inadimplência dos grandes proprietários é muito significativa. Dados do Imposto Territorial Rural (ITR/94) confirmam os latifúndios como grandes sonegadores do imposto. (Quadro 1)

Quadro 1 - Tributação da terra no Brasil por estrato de área e inadimplência

Estrato de área (ha)	Inadimplência (%)
Até 100 ha	32%
100 a 1.000 ha	46%
1.000 a 5.000 ha	74%
50.000 a 100.000 ha	94%
100.000 a 500.000 ha	94%
Acima de 500.000 ha	100%

Fonte: ITR/94

Organização: Iran Carlos Loves Trentin, 1996.

Segundo informações da Receita Federal, o Governo deixou de arrecadar R\$ 1,5 Bilhões.

Observa-se que a situação continua a mesma e que, os gaúcho depois de alguns séculos, não conseguiram mudar o *status quo* quanto distribuição da terra. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/1996), quanto ao tamanho das propriedades sobre o total de área agrícola pode ser verificado a situação do quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição da propriedade da terra no Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul	propriedades
de 1 mil ha	2.052
Entre 5 mil e 10 mil ha	83
Mais de 10 mil ha	7

Fonte: INCRA/1996.

Organização: Iran Carlos Lovis Trentin, 1996.

Portanto, a estrutura agrária completa uma condição de exploração, desde muito já observada, quanto da distribuição da terra no Rio Grande do Sul e TORRONTÉGUY (1994:56) afirma que:

... o alambrado reformou os costumes sul-rio-grandenses. ... representa o fim de uma situação social entendida como liberdade e o início de outra situação social mais identificada como a negação de uma tal liberdade pelo advento de uma sociedade estruturada em classes. O alambrado na História dos sulinos delimitou dois mundos, um, dos grandes proprietários e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não proprietários.

Como no Brasil sempre o latifúndio derrota a reforma agrária, problemas estruturais como o êxodo rural, formação de favelas nos centros urbanos e empobrecimento começam a serem observados. O processo de ocupação e uso do solo gaúcho acompanhou o crescimento dos centros urbanos regionais que representavam um mercado local para os seus produtos.

O Estatuto da Terra ao conceituar a reforma agrária, afirma amplamente e de forma abrangente o que consistiria a realização de tal processo, em seu Artigo Primeiro, afirma "Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade".

Assim, com o advento da modernização grande contingente populacional ficou excluído das atividades sócioeconômicas da sociedade, e estrada tornou-se a única esperança.

Segundo TAMBARA (1983:43) é importante destacar que:

Com o binômio soja X trigo culturas de exportação centrada num único produto por temporada utilizando intensamente capital em detrimento da fora de trabalho. Como consequência direta ocorre a expulsão da mão-de-obra do campo, ocasionando uma aceleração do fluxo migratório campo-cidade. Crescendo a urbanização, decorrente não da necessidade das cidades de mão-de-obra, mas da desagregação da pequena propriedade.

Com a mecanização da agricultura, milhares de trabalhadores, como meeiros, arrendatários, posseiros perderam a oportunidade na terra. Foram excluídos. Por outro lado a modernização intensificou o trabalho, liberando mão-de-obra, provocando diferença entre a oferta e a demanda de empregos. O índice de permanência no campo, que nos anos 60 e 70 era de 70% decrescendo atualmente para 28%. A agricultura participa de 40% do PIB nacional e gera cerca de 52 % dos empregos no país. (CONFEA/1996)

A degradação da pequena unidade favoreceu o surgimento já nas décadas de 50 e 60 dos movimentos de camponeses organizados enquanto classes, como as Ligas Camponesas e o MASTER os quais foram dissolvidos pelo regime militar. No período de 1978-1982 aconteceu um grande movimento de retomada das lutas de trabalhadores, um movimento pela democratização do país. E no campo, começaram a acontecer muitas ocupações de terras, de formas massivas, ou seja feitas por muitas famílias, num mesmo dia e local. Essas lutas isoladas de ocupações de terra em quase todos os Estados do Brasil constituíram e articularam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esses movimento lutaria por justiça social e reforma agrária.

A reduzida extensão da terra configura-se num dos fatores restritivos impossibilitando, inclusive, a utilização de técnicas modernas. A expansão da área exigiria uma capacidade de geração de recursos que o agricultor não possui dado que a abundância de mão-de-obra familiar e a produção para autoconsumo reduzem significativamente a parcela comerciáveis da produção. (Quadro 3 e 4)

Quadro 3 - Distribuição dos imóveis rurais no Brasil

Classificação das Terras	% dos Imóveis	% da Área
Terras produtivas	13,8%	28,3%
Terras improdutivas	24,5%	62,4%
Minifúndios e não classificados	61,7%	9,2%

Fonte : INCRA- 1996

Organização : Iran Carlos Lovis Trentin, 1996.

Quadro 4 - Distribuição dos imóveis rurais na região Sul

Classificação das Terras	% dos Imóveis	% da Área
Terras produtivas	17%	42%
Terras improdutivas	20%	43%
Minifúndios e não classificados	63%	15%

Fonte : Atlas Fundiário Brasileiro INCRA - 1996.

Organização : Iran Carlos Lovis Trentin, 1996.

O Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser um estado onde o setor predominante no aspecto econômico é o primário. Neste sistema o elemento dominante, ao qual todos os outros subordina-se, é a propriedade agrária, sendo a terra o meio de produção principal. Desse modo, a estrutura fundiária do Rio grande do Sul apresenta características bastantes peculiares. Convivem, lado a lado, a grande e a pequena propriedade. Há ainda uma outra faceta que é a presença de empresas agrícolas relativamente capitalizadas, embora algumas ainda apresentem características pré capitalistas.

Quanto ao tipo de exploração, predomina na região que se estudou, camponeses que conforme ABRAMOVAY (1992:12) define-se como:

Camponeses são unidades domésticas com acesso aos meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com um alto grau de imperfeição.

A pequena unidade de produção familiar, sofreu, no decorrer do tempo, muitas transformações. Com a modernização se efetivou o êxodo rural e a migração, delineando perspectivas negativas para a pequena propriedade. E no Médio Uruguai a ocupação provocou ao meio ambiente profundas transformações. O espírito empreendedor dos colonizadores, aliado ao processo capitalista de exploração, não levou em consideração a preservação dos ecossistemas naturais.

Ao se analisar o êxodo rural na área em estudo, é importante conhecer e identificar os grupos étnicos que nela se encontram. Assim, encontram-se caboclos, índios, brancos de origem italiana, alemã, poloneses entre outros. Neste caso cita-se SANTOS (1984:142-143) que caracteriza alguns traços dos caboclos como:

A atividade econômica tradicional do, caboclo é a agricultura de subsistência, que ele considera como meio de reprodução biológica e social. Sua profunda identificação com o meio ambiente é a garantia de ser respeitado em suas relações sociais. Historicamente ficou afastado dos mercados, isolado, seja pela ausência de vias de comunicação, seja social e economicamente, mesmo vivendo em uma região povoada e acessível.

Observa-se que o caboclo é hoje a população mais presente nos acampamentos organizados pelo MST no Rio Grande do Sul, pois conforme SANTOS (1984:143): " a relação com a terra é fortemente fundada em uma concepção muito próxima daquela dos

índios. Em sua lógica, cada um tem direito à terra enquanto espaço que dispõem para se deslocar, produzir e caçar". Tal como o caboclo o indígena também possui suas características que foram sendo transformadas de acordo com o capital. Esta assertiva é enfocada por OLIVEIRA (1988:15): que afirma: "... na história da ocupação, o espaço e o tempo do universo cultural indígena foram modelados sobre o espaço e o tempo do capital".

O MST alicia pessoas interessadas em participar de acampamentos nos mais diversos locais. E onde a Igreja exerce maior influência tal estrutura é facilitada. Por isso observa-se no Médio Uruguai que nos municípios com agentes de pastoral mais ligados a Teologia da Libertação o número de acampados é mais significativo. Usando a invasão de terras como estratégia, o MST conseguiu que o Governo assentasse 130 mil famílias nos últimos anos. Hoje, o número de famílias acampadas, segundo o MST, em 168 locais diferentes é de 34 mil.

O Médio Uruguai possui a maioria dos habitantes provenientes das colônias velhas, e descendentes de italianos, alemães e poloneses que se fixaram nesta região a partir do século XX e que caracterizam, pela forma de trabalho e de relações com o meio ambiente como uma região heterogênea quanto a ocupação e quantos as atividades econômicas e sociais que nela se apresentam.

As características físicas da região ligam-se a um relevo mais acidentado ao norte se inclinando ao vale do Rio Uruguai, e mais plano em direção sul. Devido a esta topografia as áreas mais planas são aproveitadas para a agricultura mecanizada, onde estão as maiores propriedades, e as áreas mais íngremes para agricultura de subsistência e pecuária, caracterizada, por pequenas unidades de produção. Predomina as culturas da soja, milho, feijão, fumo, produção de leite, gado de corte, suínos, aves e extração de erva mate entre outros. Sobressaem-se minifúndios com área média de 12 ha, trabalhados por mão-de-obra familiar, cuja maioria dos agricultores é sócio de cooperativas e sindicatos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir êxodo rural e consequentemente a reforma agrária ou o uso e a posse da terra no Brasil, é algo difícil, principalmente quando partimos da definição do MST como sendo: "...um processo amplo, imediato de redistribuição dos direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo e com a participação dos próprios camponeses, objetivando sua promoção humana social, econômica e política".

Assim, a reforma agrária precisa ser feita em grandes espaços e guardar uma proporção com a magnitude do problema agrário do país. Pois no caso do Brasil, segundo dados do MST são 12 milhões de famílias de sem terra que precisam serem integradas a sociedade, com direitos plenos de cidadãos.

Com a introdução da tecnologia, no Médio Uruguai, a fisionomia da região mudou sensivelmente. Na década de 70, houve um avanço do capitalismo no setor agrícola. Grande parte da lavoura, por apresentar-se mecanizada permitiu a expansão do capitalismo e, consequentemente, uma dependência muito forte da agricultura no que se refere a financiamentos e incentivos, tornando o setor agrícola da área em estudo, atrelado ao modelo político-econômico nacional. Realizar a reforma agrária da propriedade privada pois, reforma significa necessariamente redistribuir direitos. Criando soluções não só para problemas rurais mas principalmente urbanos.

No Médio Uruguai observou-se que em certas áreas, pelo fato dos produtores disporem de pequenas extensões de terra, ocorre a utilização intensiva da mesma, levando ao total esgotamento do solo. Tal fato ocasiona um grande fluxo migratório, para os acampamentos do MST, que aparecem como alternativas para os que preferem permanecer nas atividades agropecuárias, e também querem ver a cidadania plena no campo.

A população rural diminuiu muito, e ainda continua a migrar. Um dos motivos é a falta de política agrícola, que é entendida segundo o Estatuto da Terra Artigo 1, Parágrafo 2, como: "o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país".

A permanência só de velhos na área em estudo é outro fator que preocupa. E a degradação dos ecossistemas é extremamente observada, exigindo o uso racional do espaço agrário e dos recursos naturais. Desse modo, as associações de pequenos agricultores procuram viabilizar a permanência no campo, bem como o uso de técnicas de manejo e de produção com características ecológicas ou auto sustentável.

O governo deve ser o agente diretor, com a participação de todos os segmentos beneficiários, em todas as fases do processo.

E finalmente, o objetivo final da reforma agrária deve ser a promoção dos sem terra e não o ato passivo de entregar um título de propriedade a um camponês desassistido ou a um grupo deles. Daí ser necessário completar a redistribuição da terra com políticas agrícolas especialmente desenhadas para esse segmento de produtores familiares e suas organizações (cooperativas, condomínios, associações de assentamentos etc.) onde não pode faltar o crédito rural, assistência técnica, agroindústrias, armazéns e a infra-estrutura que o Governo, normalmente propicia a qualquer população como: escolas, postos de saúde, creches, estradas, saneamento básico.

Enquanto a reforma agrária não se realiza os acampamentos do MST não param de serem criados e organizados nas margens das rodovias, onde buscam a conscientização de parte da população brasileira ainda contrária a redistribuição de terras.

A democratização da terra pode ser feita por vários caminhos entre eles: pela distribuição progressiva, que taxe as grandes propriedades e isente as pequenas propriedades, que taxe as propriedades ociosas e estimule as propriedades produtivas; pelo incentivo às parcerias visando a incorporação do trabalho na produção agrícola; pelas políticas agrícolas incentivando a produção de determinados produtos oriunda das pequenas e médias propriedades e, finalmente, pela ação do Estado através da redistribuição das terras para os milhões de famílias semi-reta. Todos esses são caminhos alternativos para a democracia. É desestimulante verificar que o Brasil não busque alternativas reais para a reforma agrária. Ao contrário, promove e assiste, de um lado a concentração da terra, e por outro, a exclusão da terra para uma parcela significativa dos trabalhadores rurais brasileiros.

Enquanto o latifúndio improdutivo derrotar a cidadania no campo veremos muitos cidadãos acampados a espera da reforma agrária e de um Brasil melhor.

Lutar pela reforma agrária, é dever de todos pois, o Brasil só encontrará o caminho do pleno desenvolvimento quando todos os brasileiros viverem com dignidade. Kennedy apud MAIA (1969:131) diz que:

“não atingiremos esse objetivo nem hoje nem amanhã. Talvez não o alcancemos ao fim de nossa vida. Mas a busca é a maior das aventuras do nosso século. Impacientamo-nos às vezes, ante o peso de nossos deveres, a complexidade das decisões, a dificuldade da escolha. Para nós não há, porém, conforto, nem segurança na evasão. Não há solução na renúncia. Não há alívio na irresponsabilidade.”

Assim, a Reforma agrária pode estar acontecendo aos poucos mas o importante é toda a sociedade continuar lutando.

6. BIBLIOGRAFIA

- BEZZI, M. L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despecuarização.** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1985, 222 p. il. (Dissertação de Mestrado em Organização do Espaço). I. G. C. E. UNESP.
- BRUM, J. A. **Modernização da Agricultura. Trigo e Soja.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988. 200 p.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários.** V 6, 1994. 227 p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982. 126 p.
- KARNOPP, E. **A pequena Produção Familiar Rural : Reserva Para o Capitalismo em Expansão.** Santa Maria, Departamento de Extensão Rural, UFSM, CCR. 1995. 180 p. il. (Dissertação de Mestrado).
- MAIA, J. M. **Iniciação a Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Ed., Mabri. 1969. 245 p.
- MARIGHELA, C. et al. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasil Debates. 1980. 127 p.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.
- PIRAN, N. **Perspectivas do Camponês no Alto Uruguai,** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, IGCE. 1995, 205 p. il. (Tese de Doutorado).
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho : Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- SILVA, J. G. da **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 135 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- STÉDILE, J. P. et al **Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: UFRGS. 1994. 322 p.
- TAMBARA, E. **RS Modernização e Crise na Agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Série Documenta, 16).
- TRENTIN, I. C. L. et al **As Transformações Sócioeconômicas Ocorridas na Microrregião Homogênea Colonial de Iraí.** MRH 325. Santa Maria. **Revista Geografia: Ensino & Pesquisa:** UFSM, V. 8-9, p.118 - 143, 1995.
- TORRONTGUY, T. O. V. **As Origens da Pobreza no RS.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p 56.

RESUMO: A POBLEMÁTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO MÉDIO URUGUAI - RS.

As mudanças nas atividades econômicas, sociais e políticas com o advento da globalização, persistem em determinadas áreas do país. Observa-se a continuidade de situações que pareciam amenizadas. Uma delas é o êxodo rural, em países que, como o Brasil não realizaram a reforma agrária, ou seja, que continuam com um modelo arcaico de estrutura fundiária com concentração de grandes áreas improdutivas nas mãos de poucos proprietários ou especuladores. Outra questão é a falta de políticas objetivas para as atividades agropecuárias. No Médio Uruguai ou Microrregião Homogênea Colonial de Iraí, - MRH 325 - localizada no extremo norte do Rio Grande do Sul, pode-se observar estes temas, por ser nessa área que primeiro se organizou o Movimento Sem Terra (MST), no Estado gaúcho. Fez-se com esse trabalho análise do êxodo rural no Médio Uruguai. Posteriormente apresentando, algumas considerações sobre a estrutura agrária, do Rio Grande do Sul, e principalmente algumas razões para a realização da reforma agrária nessa área. Tal fato contribuirá para amenizar a "pobreza rural", mediante a formação de perspectivas geradoras de mais renda, cidadania e democracia no meio rural e em toda a Microrregião em estudo (MRH 325).

Palavras Chaves: Reforma Agrária; Êxodo Rural; Desenvolvimento; Cidadania.

ABSTRACT: THE PROBLEMATIC OF AGRARIAN REFORM IN MÉDIO URUGUAI - RS.

The Changes in the economical, social and politic activities, with the globalization areas of the country. The continuity of situation that sumed to be solved is observed. One of them is the rural exodus, in countries, as Brazil that did not do the agrarian reform, it means, those countries that keep ìhe arcaic model of latifundium structure with the concentration big unproductive areas in the hands of few land-owners or speculators. Another question is the lack of politics objectives to the agricultural and cattle breeding. In Medio Uruguay or micron-region homogeneous colonial of Iraí - MRH 325 located in the extreme nort of Rio Grande do Sul, it was possible to observe these themes, because in that area was first organized the Movimento Sem Terra, MST (landless movement) in the state gauche. In

this research was done one analyze of rural exodus in medio Uruguai. Afterwards it was presented some considerations about the agrarian structure of Rio Grande do Sul, and mainly some reasons to the realization of agrarian reform in that area. This fact will contribute to soften the "rural poorness", through the formation of generating perspectives of more rent, citizenship, democracy in the rural environment in all micron- region in study (MRH 325).

Key-Words: agrarian reform; rural exodus; development; citizenship.